

JUDICIÁRIO

Expectativa pela extradição

Lewandowski afirma que autoridades brasileiras têm informações sobre paradeiro de Zambelli na Itália e diz esperar que ela seja capturada em breve. O governo italiano informa que deputada se beneficiou de brecha na burocracia para entrar no país

» ISRAEL MEDEIROS

Lula Marques/EBCC



Zambelli chegou à Itália em 5 de junho, poucas horas antes de ter o nome incluído na lista da Interpol, segundo o governo do país europeu

Já existe alguma ideia de onde ela esteja, e imaginamos que ela em breve será extraditada. Existem precedentes fortes de cooperação entre os dois países"

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça e Segurança Pública

Eu não posso acreditar que uma pessoa como eu soube disso e que a própria polícia não sabia que uma procurada havia dito na televisão previamente: 'Estou chegando à Itália'"

Angelo Bonelli, deputado italiano

Depois de fugir do Brasil para evitar a prisão, a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) pode ser presa nas próximas horas. Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, as autoridades brasileiras já têm informações sobre o paradeiro da parlamentar na Itália.

"Já existe alguma ideia de onde ela esteja, e imaginamos que ela, em breve, será extraditada", afirmou Lewandowski em um evento da Universidade Santo Amaro (Unisa), em São Paulo. O ministro disse esperar que Zambelli seja mandada para o Brasil "o mais brevemente possível".

O governo italiano informou, ontem, que a deputada está no país desde 5 de junho. Ela se beneficiou de uma brecha na burocracia da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) para entrar no território. A congressista chegou ao país às 11h40 da manhã, poucas horas antes de a Interpol incluir seu nome na lista de difusão vermelha a pedido da Justiça brasileira. O pedido de inclusão, no entanto, havia sido feito no dia anterior pela Justiça brasileira, que também determinou a prisão preventiva da deputada. Ela foi condenada a 10 anos de prisão por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"O intervalo temporal entre a chegada da senhora Zambelli e a difusão da notificação Interpol não permitiu às autoridades de polícia de fronteira italiana proceder à prisão, pois no momento do controle resultava sem antecedentes policiais no território nacional e sem evidências desfavoráveis encontradas nos atos", disse a subsecretária do Interior do governo italiano, Wanda Ferro, ontem, durante uma sessão no Parlamento italiano.

Na véspera do desembarque, quando Zambelli disse em uma entrevista que seria "intocável" na Itália por ter cidadania italiana, o deputado Angelo Bonelli

(Europa Verde) já havia acionado o governo local pedindo que a brasileira fosse extraditada assim que chegasse ao país. Ontem, questionou Wanda Ferro sobre o assunto e criticou a inércia do governo italiano.

"Eu não posso acreditar que uma pessoa como eu soube disso e que a própria polícia não sabia que uma procurada havia dito na televisão previamente: 'Estou

chegando à Itália'", disparou. "Estou desconcertado, desconcertado pela gravidade das declarações que este governo comunicou ao Parlamento", afirmou Bonelli. Ele insinuou que haveria uma omissão intencional por parte do governo, liderado por extrema-direita.

E continuou: "Isso é uma vergonha inaudita. (...) Hoje sabemos, e o mundo sabe, os brasileiros sabem, a imprensa brasileira

sabe, o governo brasileiro sabe que o governo italiano permitiu que a deputada Carla Zambelli entrasse na Itália, deixando-a entrar sem monitorá-la", criticou Bonelli.

Rastreamento

Wanda Ferro também afirmou que, até a manhã de ontem, a polícia não sabia do paradeiro de Zambelli. "As verificações

policiais até agora realizadas e ainda em curso não permitiram no momento individualizar a localização da senhora Zambelli. Prosseguem, todavia, as atividades voltadas ao seu rastreamento também através da cooperação internacional de polícia com as autoridades brasileiras", pontuou.

A representante do governo italiano ainda foi perguntada se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL),

Memória

» Em 15 de maio, o STF condena a deputada Carla Zambelli, por unanimidade, a 10 anos de prisão e à perda de mandato.

» Em entrevista coletiva, a deputada cita problemas de saúde e diz que não sobreviveria à cadeia, mas que, se fosse determinada a detenção, se apresentaria à Justiça.

» Em 23 de maio, a defesa de Zambelli recorreu da decisão do STF.

» Em 25 de maio, ela deixa o Brasil por via terrestre pela fronteira com a Argentina, na região de Foz do Iguaçu.

» Em 3 de junho, Zambelli diz que está nos Estados Unidos.

» No dia seguinte, o STF decreta a prisão preventiva de Zambelli e requer a inclusão do nome dela na difusão vermelha da Interpol.

» Em 5 de junho, a parlamentar desembarca em Roma. No mesmo dia, o nome dela é incluído na lista da difusão vermelha da Interpol.

» Em 6 de junho, STF condena Zambelli definitivamente.

» Em 12 de junho, a Itália inicia análise de pedido de extradição.

assim como seus filhos, solicitou ou obteve a cidadania italiana. Respondeu que Bolsonaro não fez a solicitação, mas ressaltou que seus filhos Flávio, Eduardo e Carlos já possuem a cidadania há anos.

O **Correio** procurou o advogado Fábio Pagnozzi, que representa a deputada no Brasil, mas não obteve retorno. Também procurou a Polícia Federal, que não respondeu às tentativas de contato.

PODER

Governo pagou menos de 1% das emendas

Gil Ferreira/Ascom-SRI



Gleisi disse que o processo de aprovação e sanção do Orçamento até a execução das emendas é moroso

Depois de cobranças de líderes partidários do Congresso, o governo finalmente abriu os cofres e começou a pagar as emendas parlamentares apresentadas em 2025. O valor repassado, no entanto, representa menos de 1% (0,0017%) do total reservado no Orçamento deste ano: R\$ 860,3 mil de R\$ 50,4 bilhões. Os dados são da plataforma Siga Brasil, do Senado Federal.

Do que foi reservado este ano, R\$ 25 bilhões são para emendas impositivas, que o governo é obrigado a pagar. O Planalto precisará acelerar a liberação dos recursos se quiser aprovar projetos de seu interesse no Congresso, como a medida provisória (MP) que acendeu a ira de diversas áreas do setor produtivo com aumento de impostos para tentar colocar as contas públicas em ordem. Em 2023, por exemplo, os valores pagos até 10 de junho já ultrapassavam os R\$ 7 bilhões.

Até quarta-feira passada, data da última atualização dos dados, os parlamentares haviam apresentado quase sete mil emendas ao Orçamento de 2025, sendo que 85,7 milhões foram empenhados (reservados para pagamento).

Também na quarta, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, prometeu que o governo começaria a pagar os valores indicados pelos parlamentares até o fim de semana e justificou que a demora na liberação dos recursos é uma consequência da aprovação tardia do Orçamento deste ano. A promessa foi uma resposta às cobranças da cúpula do Congresso.

"Temos de lembrar que o Orçamento foi aprovado em abril deste ano, e não em dezembro", explicou a ministra em conversa com jornalistas. Gleisi argumentou que

o processo de aprovação e sanção do Orçamento até a execução das emendas é moroso.

O discurso foi o mesmo usado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que, na quarta-feira, também culpou o atraso no Orçamento.

"O Supremo Tribunal Federal tem feito seu trabalho, nós temos tranquilidade com a execução do Orçamento, fizemos as mudanças para trazer mais transparência, trazer previsibilidade, e o Congresso está muito tranquilo em relação ao Orçamento. Não há nenhum mau humor em relação às decisões do Supremo Tribunal Federal", disse a jornalista no 2º Brasília Summit, realizado pelo Lide em parceria com o **Correio**.

A demora na liberação é mais um capítulo de uma crise envolvendo Executivo, Legislativo e Judiciário, que começou em agosto do ano passado, quando o ministro Flávio Dino, do STF, bloqueou o pagamento de todas as emendas parlamentares com a exigência de melhora na transparência dos recursos.

Foi só no início deste ano, às vésperas da aprovação do Orçamento, que o STF reconheceu as medidas do Congresso para aumentar a transparência — mas que ainda deixaram diversas lacunas — e deu permissão para retomar os pagamentos. Nesta semana, no entanto, Dino fez um novo pedido de explicações ao governo e ao Congresso sobre

emendas de comissão "paralelos" e a respeito das alegações sobre a existência de um "novo orçamento secreto" envolvendo o Ministério da Saúde.

Procurada pelo **Correio**, a Secretária de Relações Institucionais (SRI) reforçou o que disse Gleisi Hoffmann. Também informou que o governo já pagou R\$ 6 bilhões de valores remanescentes de anos anteriores.

"A execução orçamentária segue seu ritmo regular, considerando a aprovação e sanção do Orçamento Federal, concluída apenas em abril deste ano. Há duas semanas, teve início o empenho e a análise técnica das propostas, trâmite necessário antes de se tornarem aptas para o pagamento", pontuou a SRI. (IM)



A execução orçamentária segue seu ritmo regular, considerando a aprovação e sanção do Orçamento Federal, concluída apenas em abril deste ano"

Trecho da nota da SRI

Para engordar a renda

Em meio aos discursos no Congresso sobre a necessidade de corte de gastos, a Mesa Diretora da Câmara apresentou um projeto de lei que extingue a proibição do acúmulo de aposentadoria como parlamentar com o salário de cargos eletivos, em âmbitos federal, estadual, distrital ou municipal. O texto é assinado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e pelos representantes de PL, PP, União Brasil, PT e PSD na Mesa Diretora.

O projeto propõe alterar a Lei 9.506 de 1997, que criou o atual regime de previdência dos deputados e senadores. A legislação vigente diz que o parlamentar federal que tiver direito ao benefício da aposentadoria não poderá receber o pagamento enquanto estiver no mandato de deputado, senador ou outro cargo eletivo.

A Câmara não informou qual será o impacto orçamentário da mudança.

Caso o projeto seja aprovado, permitirá que deputados e senadores — participantes do Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC) — acumulem a aposentadoria (proporcional

ao tempo de contribuição) com o salário de R\$ 46.366,19, pago atualmente.

Segundo o deputado Carlos Veras (PT), primeiro secretário da Mesa Diretora, a proposta foi debatida ante demanda conjunta dos parlamentares.

"Discriminação"

A Mesa Diretora justificou que a proibição da legislação atual impõe "restrição incompatível com os princípios constitucionais da isonomia e da legalidade". Os deputados argumentaram ainda que a exceção "perpetua discriminação indevida".

"Além de inconstitucional, a regra em vigor desestimula a continuidade da participação política dos cidadãos que já cumpriram integralmente os requisitos legais para a aposentadoria e seguem contribuindo para o regime", diz o texto.

O projeto de lei cria ainda uma "gratificação natalina" para os integrantes do Plano de Seguridade Social dos Congressistas a ser paga com base nos valores recebidos pelos parlamentares em dezembro.